



SUMÁRIO

Introdução	23
-------------------------	-----------

TÍTULO I – Aspectos Gerais

CAPÍTULO I – Funções do delegado de polícia	27
--	-----------

1. Função de Polícia Judiciária e Investigação Criminal	27
1.1. Previsão legal	27
1.1.1. Polícia Judiciária x Polícia Investigativa	29
2. Presidir Inquérito policial ou outro procedimento de Polícia Judiciária	30
2.1. Investigação por meio de inquérito policial ...	31
2.1.1. Conceito e finalidade	31
2.1.2. Algumas características do inquérito policial	31
2.1.2.1. Procedimento inquisitório	31
2.1.2.2. Procedimento sigiloso	34
2.1.2.3. Procedimento escrito.....	34

2.1.2.4.	Procedimento indisponível	35
2.1.2.5.	Procedimento dispensável	35
2.1.2.6.	Procedimento oficial	36
2.1.2.7.	Procedimento oficioso	36
2.1.2.8.	Discricionariedade.....	37
2.1.3.	Formas de instauração	38
2.1.3.1.	Portaria	38
2.1.3.2.	Auto de Prisão em Flagrante Delito	41
2.1.4.	Conclusão	43
2.1.4.1.	Formalidades do relatório conclusivo	43
2.1.5.	Prazo de conclusão	44
2.2.	Investigação por meio de outro procedimento previsto em lei	45
3.	Requisitar quaisquer elementos de informação relevantes para a investigação	46
4.	Representar por medidas cautelares relevantes à investigação	48
4.1.	Medidas cautelares pessoais	49
4.1.1.	Prisionais	49
4.1.2.	Não prisionais	50
4.2.	Medidas cautelares probatórias	50
4.3.	Medidas cautelares assecuratórias (reais)	51
5.	Promover o indiciamento em face do investigado	51
5.1.	Espécies	51
5.1.1.	Direto	51
5.1.2.	Indireto	51
5.2.	Consequências	52

TÍTULO II – DOS ASPECTOS PRÁTICOS

CAPÍTULO I – Sistematização lógica das peças práctico-profissionais do cargo de delegado de polícia	55
1. Indagações lógicas sobre as peças práctico-profissionais	55
1.1. Qual o crime investigado no caso concreto?	56
1.2. Em que fase se encontra a investigação?	57
1.3. O que o delegado de polícia busca para o êxito das investigações?	58
1.4. Quais são os elementos sugestivos presentes no caso concreto para definição da peça adequada?	59
2. Formatação lógica das peças práctico-profissionais	65
2.1. Dicas básicas sobre a formatação das peças práctico-profissionais	66
2.2. Etapas para a formatação das peças práctico-profissionais	67
2.2.1. Endereçamento	67
2.2.2. Referência	71
2.2.3. Preâmbulo	72
2.2.4. Fatos	73
2.2.5. Fundamentos jurídicos	75
2.2.5.1. Prática delituosa	75
2.2.5.2. Cabimento	75
2.2.5.3. Requisitos cautelares	76
2.2.6. Pedidos (Representações)	76
2.2.7. Fechamento	77
3. Modelo básico de peça	78

TÍTULO III – Das peças prático-profissionais

CAPÍTULO I – Medidas cautelares de natureza pessoal	83
1. Representação pela decretação da prisão temporária	83
1.1. Conceito e natureza jurídica	83
1.2. Fundamento constitucional	84
1.3. Legitimidade	85
1.4. Prazo da medida	85
1.5. Cabimento	86
1.5.1. Crimes listados no rol taxativo da lei	86
1.5.2. Demonstração de insuficiência de outra medida cautelar diversa da prisão	92
1.6. Requisitos cautelares	93
1.6.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	93
1.6.2. <i>Periculum libertatis</i>	94
1.7. Modelo básico da peça	98
1.8. Caso proposto – Concurso para delegado de polícia do Ceará de 2015	100
1.9. Resolução do caso proposto – Representação pela decretação da prisão temporária do indiciado (de acordo com as ADI's nº 3.360 e nº 4.109)	102
2. Representação pela Decretação da prisão preventiva	107
2.1. Conceito e natureza jurídica	107
2.2. Fundamento constitucional	108
2.3. Legitimidade	108
2.4. Prazo	109
2.5. Cabimento	110
2.5.1. Crimes dolosos punidos com pena máxima superior a 4 (quatro) anos ..	111

2.5.2.	Investigado reincidente em crime doloso, qualquer que seja o <i>quantum</i> de pena	114
2.5.3.	Quando o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência	115
2.5.4.	Dúvida sobre a identidade civil do investigado e não fornecimento de elementos suficientes para esclarecê-la	116
2.5.5.	Inexistência de causa justificante (cumulativo)	117
2.5.6.	Demonstração de insuficiência de outra medida cautelar diversa de prisão	118
2.5.7.	Inexistência de finalidade de antecipação de pena, imediatismo investigativo, apresentação ou recebimento da denúncia	119
2.6.	Requisitos cautelares	120
2.6.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	120
2.6.2.	<i>Periculum libertatis</i>	121
2.6.2.1.	Garantia da ordem pública.....	123
2.6.2.2.	Garantia da ordem econômica.....	126
2.6.2.3.	Conveniência da instrução criminal.....	126
2.6.2.4.	Assegurar a aplicação da lei penal	127
2.6.2.5.	Descumprimento das medidas cautelares diversas da prisão.....	127
2.7.	Modelo básico da peça	128
2.8.	Caso proposto – Concurso para delegado de polícia da Bahia de 2018	130

2.9. Resolução do caso proposto – Representação pela decretação da prisão preventiva do investigado (de acordo com a Lei nº 13.964/19 – Lei Anticrime)	133
3. Representação pela decretação de medidas cautelares diversas da prisão	139
3.1. Conceito e natureza jurídica	139
3.2. Legitimidade	139
3.3. Cabimento	140
3.4. Requisitos cautelares	140
3.4.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	140
3.4.2. <i>Periculum libertatis</i>	141
3.5. Espécies de medidas cautelares	142
3.5.1. Comparecimento periódico em juízo	142
3.5.2. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares	143
3.5.3. Proibição de manter contato com determinada pessoa	143
3.5.4. Proibição de ausentar-se da comarca	144
3.5.5. Recolhimento domiciliar	144
3.5.6. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira	145
3.5.7. Internação provisória	145
3.5.8. Prestação de fiança	146
3.5.9. Monitoração eletrônica	146
3.5.10. Retenção de passaporte	146
3.5.11. Outras medidas cautelares diversas da prisão previstas em leis extravagantes	147
3.6. Modelo básico da peça	153
3.7. Caso proposto 1	155

3.8. Resolução do caso proposto 1 – Representação por medida cautelar diversa da prisão, consistente na suspensão do investigado do exercício de sua função pública (de acordo com a Lei nº 13.964/19 – Lei Anticrime)	156
3.9. Caso proposto 2	160
3.10. Resolução do caso proposto 2 – Representação por medida cautelar diversa da prisão, consistente na suspensão da permissão do investigado para dirigir veículo automotor	163
3.11. Caso proposto 3	167
3.12. Resolução do caso proposto 3 – Representação por medida cautelar diversa da prisão, consistente no afastamento de prefeito do exercício do cargo	168

CAPÍTULO II – Medidas cautelares de natureza probatória 173

1. Representação pela interceptação das comunicações telefônicas	173
1.1. Conceito e natureza jurídica	173
1.2. Fundamento constitucional	174
1.3. Legitimidade	176
1.4. Cabimento	176
1.4.1. Crime punido com pena de reclusão ...	176
1.4.2. Indispensabilidade da medida	176
1.5. Requisitos cautelares	177
1.5.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	177
1.5.2. <i>Periculum in mora</i>	178
1.6. Duração da medida	178
1.7. Modelo básico da peça 1 (Interceptação das comunicações telefônicas)	179
1.8. Modelo básico da peça 2 (Quebra de sigilo das comunicações e de dados telemáticos)	181

1.9. Caso proposto – Concurso para delegado de polícia de Pernambuco de 2016	183
1.10. Resolução do caso proposto – Representação pela interceptação das comunicações telefônicas e pela quebra de sigilo de dados telefônicos	186
2. Representação pela quebra de sigilo de dados telefônicos	193
2.1. Conceito e natureza jurídica	193
2.2. Fundamento Constitucional	193
2.3. Legitimidade	194
2.4. Cabimento	194
2.5. Requisitos cautelares	196
2.5.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	196
2.5.2. <i>Periculum in mora</i>	196
2.6. Modelo básico da peça	196
2.7. Caso proposto 1	198
2.8. Resolução do caso proposto 1 – Representação pela quebra de sigilo de dados telefônicos ...	200
2.9. Caso proposto 2	205
2.10. Resolução do caso proposto 2 – Ofício de requisição de dados cadastrais telefônicos do aparelho da vítima	206
3. Representação pela captação ambiental	209
3.1. Conceito e natureza jurídica	209
3.2. Fundamento constitucional	209
3.3. Legitimidade	210
3.4. Cabimento	211
3.4.1. Crime punido com pena máxima superior a 4 (quatro) anos	211
3.4.2. Indispensabilidade da medida	212
3.5. Requisitos cautelares	212
3.5.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	212
3.5.2. <i>Periculum in mora</i>	213

3.6.	Duração da medida	213
3.7.	Modelo básico da peça	214
3.8.	Caso proposto – Concurso para delegado de polícia do Mato Grosso do Sul de 2017	216
3.9.	Resolução do caso proposto – Representação pela captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos (de acordo com a Lei nº 13.964/19 – Lei Anticrime)	217
4.	Representação pela quebra de sigilo bancário	223
4.1.	Conceito e natureza jurídica	223
4.2.	Fundamento constitucional	223
4.3.	Legitimidade	223
4.4.	Cabimento	224
4.5.	Requisitos cautelares	225
4.5.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	225
4.5.2.	<i>Periculum in mora</i>	226
4.6.	Modelo básico da peça	226
5.	Representação pela quebra de sigilo fiscal	228
5.1.	Conceito e natureza jurídica	228
5.2.	Fundamento constitucional	228
5.3.	Legitimidade	228
5.4.	Cabimento	228
5.5.	Requisitos cautelares	229
5.5.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	229
5.5.2.	<i>Periculum in mora</i>	229
5.6.	Modelo básico da peça	230
5.7.	Caso proposto	231
5.8.	Resolução do caso proposto – Representação pela quebra de sigilo bancário da conta fornecida e pela quebra de sigilo financeiro, bancário e fiscal dos indiciados	234
6.	Representação pela infiltração de agente policial	240
6.1.	Conceito e natureza jurídica	240

6.2.	Legitimidade	240
6.3.	Cabimento	240
6.4.	Requisitos cautelares	242
6.4.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	242
6.4.2.	<i>Periculum in mora</i>	242
6.5.	Duração da medida	243
6.6.	Modelo básico da peça	243
6.7.	Caso proposto – Concurso para delegado de polícia do Mato Grosso do Sul de 2017	245
6.8.	Resolução do caso proposto – Representação pela de infiltração de agente de polícia em tarefas de investigação	247
7.	Representação pela infiltração VIRTUAL de agente policial	252
7.1.	Conceito e natureza jurídica	252
7.2.	Legitimidade	252
7.3.	Cabimento	253
7.4.	Requisitos cautelares	254
7.4.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	254
7.4.2.	<i>Periculum in mora</i>	255
7.5.	Duração da medida	255
7.6.	Modelo básico da peça	256
7.7.	Caso proposto – Concurso para delegado de polícia federal de 2021	258
7.8.	Resolução do caso proposto – Representação pela infiltração de agente na internet para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente	259
8.	Representação PELA ação controlada (entrega vigiada)	264
8.1.	Conceito e natureza jurídica	264
8.2.	Legitimidade	265
8.3.	Cabimento	265
8.4.	Requisitos Cautelares	266

8.4.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	266
8.4.2.	<i>Periculum in mora</i>	266
8.5.	Modelo básico da peça	266
8.6.	Caso proposto 1	268
8.7.	Resolução do caso proposto 1 – Representação pela ação controlada na modalidade entrega vigiada	269
8.8.	Caso proposto 2 (caso 1 adaptado)	273
8.9.	Resolução do caso proposto 2 – Comunicação de ação controlada	274
9.	Representação pela busca domiciliar	278
9.1.	Conceito e natureza jurídica	278
9.2.	Fundamento constitucional	279
9.3.	Legitimidade	279
9.4.	Cabimento	280
9.4.1.	Para prender criminosos ou apreender objetos materiais ou instrumentos de crime	280
9.4.2.	Para descobrir objetos relevantes para investigação	281
9.4.3.	Para apreender cartas com conteúdo relevantes para investigação	281
9.4.4.	Para apreender vítimas	282
9.4.5.	Para colher qualquer elemento probatório relevante para investigação ..	283
9.5.	Requisitos Cautelares	283
9.5.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	283
9.5.2.	<i>Periculum in mora</i>	283
9.6.	Modelo básico da peça	284
9.7.	Caso proposto – Concurso para delegado de polícia da Bahia de 2013	285
9.8.	Resolução do caso proposto – Representação pela decretação da prisão temporária dos indiciados e pela decretação de busca domiciliar nos endereços dos familiares dos indiciados ...	289

CAPÍTULO III – Medidas cautelares de natureza as- securatória 297

1. Representação pelo sequestro de bens 297
 - 1.1. Conceito e natureza jurídica 297
 - 1.2. Finalidade 297
 - 1.3. Objeto 297
 - 1.4. Legitimidade 298
 - 1.5. Cabimento 299
 - 1.6. Requisitos cautelares 299
 - 1.6.1. *Fumus comissi delicti* 299
 - 1.6.2. *Periculum in mora* 300
 - 1.7. Modelo básico da peça 300
 - 1.8. Caso proposto 1 – Concurso para delegado de polícia do Tocantins de 2014 – adaptado 302
 - 1.9. Resolução do caso proposto 1 – Representação pela decretação da prisão preventiva do investigado e do sequestro dos bens adquiridos pelo investigado com os proventos do crime 304
 - 1.10. Caso proposto 2 – Concurso para delegado de polícia do Pará de 2021 309
 - 1.11. Resolução do caso proposto 2 – Representação pela decretação da prisão preventiva, da busca domiciliar e do sequestro de bens 312

CAPÍTULO IV – Outras peças práticos-profissionais ... 319

1. Representação pelo exame de sanidade mental .. 319
 - 1.1. Conceito e natureza jurídica 319
 - 1.2. Legitimidade 320
 - 1.3. Cabimento 320
 - 1.4. Requisitos cautelares 320
 - 1.4.1. *Fumus comissi delicti* 320

1.4.2. <i>Periculum in mora</i>	321
1.5. Modelo básico da peça	321
1.6. Caso proposto – Concurso para delegado de polícia do Rio de Janeiro de 2014 – adaptado	323
1.7. Resolução do caso proposto – Representação pelo exame de sanidade mental ¹	325
2. Portaria	329
2.1. Considerações gerais	329
2.2. Modelo básico da peça	330
2.3. Caso proposto 1	331
2.4. Resolução do caso proposto 1 – Portaria de instauração de inquérito policial	332
2.5. Caso proposto 2	335
2.6. Resolução do caso proposto 2 – Portaria de instauração de inquérito policial	336
2.7. Caso proposto 3	338
2.8. Resolução do caso proposto 3 – Portaria de instauração de inquérito policial	339
2.9. Caso proposto 4 – Concurso para delegado de polícia do Espírito Santo de 2019	342
2.10. Resolução do caso proposto 4 – Portaria de instauração de inquérito policial	345
2.11. Caso proposto 5 – Concurso para delegado de polícia de Rondônia de 2022	348
2.12. Resolução do caso proposto 5 – Portaria de instauração de inquérito policial	350
3. Despacho conclusivo em auto de prisão em flagrante delito	354
3.1. Considerações gerais	354
3.2. Modelo básico da peça 1 (auto de prisão em flagrante delito)	355

3.3.	Modelo básico da peça 2 (despacho conclusivo em auto de prisão em flagrante delito)	358
3.4.	Caso proposto 1 – Concurso para delegado de polícia do Piauí de 2014	360
3.5.	Resolução do caso proposto 1 – Despacho ordinatório (espelho dado pela banca)	361
3.6.	Resolução do caso proposto 1 – Despacho conclusivo em auto de prisão em flagrante delito (nosso modelo)	363
3.7.	Caso proposto 2 – Concurso para delegado de polícia do Rio Grande do Norte de 2021	367
3.8.	Resolução do caso proposto 2 – Despacho conclusivo em auto de prisão em flagrante delito	369
4.	Despacho de indiciamento	374
4.1.	Considerações gerais	374
4.2.	Modelo básico da peça	374
4.3.	Caso proposto	375
4.4.	Resolução do caso proposto – Despacho de indiciamento	377
5.	Relatório conclusivo	380
5.1.	Considerações gerais	380
5.2.	Modelo básico da peça 1 (com indiciamento no relatório)	381
5.3.	Modelo básico da peça 2 (sem o indiciamento no relatório – indiciamento anterior)	382
5.4.	Caso proposto	383
5.5.	Resolução do caso proposto – Relatório conclusivo com indiciamento e representação por prisão preventiva	386
	Bibliografia	393